

José da Cruz Bispo de Miranda¹

Pensar o genocídio e a escravização dos/as negros/as africanos/as tem nos conduzido à receita decolonial, esta pautada na crítica aos brancos e cristãos europeus que destruíram a epistemologia africana, incluída os seus saberes, a cultura, as práticas rituais, a diversidade de suas etnias e produzindo uma sub-humanidade, consequentemente nos colocando numa posição de subalternidade em relação ao branco cristão europeu (NASCIMENTO, 2017; CORONIL, 2005; ESCOBAR, 2005). Antes da alcunha do termo decolonial, a antropologia proponha reflexões críticas à racialização da escravização pelo capitalismo moderno e ao tráfico transatlântico (RIBEIRO, 1995; MOURA, 1988). Contudo, reafirmando as críticas decoloniais aos brancos cristão europeus que invadiram a África para saqueá-la econômica e demograficamente, o objetivo deste trabalho é apresentar a obra citada acima, a qual demonstra que não foram somente os brancos cristão europeus que traficaram negros e negras, que massacraram, capturaram, castraram, escravizaram e assassinaram as pessoas do continente africano. A obra relata a participação dos árabes- muçulmano mil ano antes dos europeus, ou seja, a partir o século VI.

Tidiane N'Diaye é franco-senegalês, economista e antropólogo e atua no Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos francês. É de uma geração tradicional do Senegal e traz no corpo e na oralidade de sua ascendência e dos quimbandas parte significativa da história do tráfico árabo-muçulmano. O livro não representa um relato para amenizar as práticas dos brancos cristãos europeus diante da comunidade negra africana, ao contrário, o objetivo trazer à tona aspectos históricos ocultados da participação dos árabes-muçulmanos na escravização, no genocídio, no massacre e castração das pessoas negras antes da chegada dos europeus, ao mesmo tempo, informar a cumplicidade desses dois povos na manutenção, cumplicidade no tráfico negreiro, mesmo após o Grande Pacto da Abolição do Tráfico de 1848 (????) e sua continuidade em pleno século XX nas comunidades árabes-muçulmanas.

¹ Professor do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Piauí; Coordenador do NUPECSO/UESPI Doutor, Mestre pela PUCSP e com Estágio Pós doutoral pelo InstitutoUniversitário de Lisboa, Portugal -ISCTE

A primeira edição da obra é francesa, de 2008, a que utilizamos para este trabalho é a portuguesa, de 2019, constituída de introdução e nove capítulos. A descrição da obra abrange tópicos fundamentais para a compreensão desse genocídio do povo africanos pelos árabo-muçulmanos.

O autor descreve o processo de colonização árabe pelo Norte da África e em seguida a sua progressão para o Sul deste continente. Destaca a imposição do emir e general árabe Abdallah Bem Said, em 652 aos sudaneses, que obrigava estes a entregar anualmente centenas de escravos. Apesar de horrendo, veremos que essa prática não era estranha para o contexto.

O autor descreve as formas de servidão na Idade Média e nas comunidades tradicionais africanas. A humanidade experimentou a subalternidade humana de diferentes formas e em diferentes lugares. Antes da Colonização europeia em África, as dívidas, os espólios de guerra e os acordos dos vencidos transformação regimes livres em servidão. Condições em nada comparáveis com a escravização dos/as africanos/as decorridos desde o século VI pelos árabes-muçulmano. Desde o Egito antigo, os romanos e os hebreus com seu próprio povo, os vikings na invasão do norte da Europa praticavam a servidão com os vencidos (FRAGA, 2016). Mesmo em África essa prática existia, porem: “[...] praticava-se a escravização das populações, mas no quadro de um sistema de servidão interna específica às tradições africanas [...]” (N’DIAYE, 2019, p. 19). Neste sentido, a África subsaariana não conhece escravos, mas cativos, vencidos em conflitos. Na condição de cativos, esses podiam fazer parte da família, inclusive pelo casamento, tinham a condição de adotados ou de parentes. O que veio a acontecer a partir do século VI (com o tráfico transaariano e o oriental). A produção de cativos em África estava vinculada, como diz Marc Ferro, citado por N’Diaye (2019), à inexistência da noção de posse de terras, que em seu lugar homens e mulheres constituíam a única fonte de riqueza. Com isso, as evidências históricas não confirmam a tese de que os árabes-muçulmano e, em seguida, os brancos europeus cristãos imitaram as práticas existentes em África. A escravização de negros e negras africanos decorrem, não apenas pelas possibilidades abertas pelas estruturas políticas descentralizadas dos reinos africanos, pelos conflitos internos entre etnias e pelo maior poderio bélico, quer de árabes e de europeus, mas sobretudo pelo imaginário desses povos sobre o/a negro/a.

Os conflitos na parte oriental da África e ocidental da península arábica eram constantes no século VI. Em 702, os etíopes tomaram a costa da Arábia e o porto de Jidá,

contudo foram derrotados pelos persas e deixaram inúmeros prisioneiros na condição de escravos. Os árabes afirmavam não ter desprezo pela cor negra, contudo, o permanente contato com povos africanos colocados em situações aviltantes e desumanas foi modificando o/a negro/a no imaginário árabo-muçulmano. Isto ocorre devido à “[...] importação de escravos negros a grande escala [...]” (N’DIAYE, 2019, p. 41). A cor da pele passou a estar vinculada à escravidão. Mesmo para os negros convertidos ao islã a escravidão era imposta. Há um processo de construção da imagem do/a negro/a pelo árabe-muçulmano, além de sub-humanos, são antropofágicos e não fazem nada mais além de comer, dançar e procriar. A consolidação dessa perspectiva construiu a mais antiga hierarquização das ‘raças’, diz N’Diaye. Com a desumanização dos/as negros/as africanos e com a cumplicidade sagrada do Alcorão e de seus profetas, abriu-se as portas para a invasão da África pelos Árabes.

N’Diaye afirma que, desde o século II, as viagens para a África eram frequentes, tanto por europeus e asiáticos, a proximidade dos continentes é denunciante desse trânsito. No entanto, a história de África se altera com os árabes, desde a Idade Média até o século XX, seu maior comércio é de pessoas, o tráfico negreiro árabo-muçulmano pelas rotas transaariana e a oriental. Depois de consolidarem a conquista no norte de África, descem pela parte ocidental passando pelo Império do Gana, Império do Mali, outro caminho é pela Etiópia, pelo lado oriental, até chegarem à região dos lagos. Estruturam a caça ao homem e à mulher negra, os traficantes aproveitam da pouca estrutura das vilas e, mesmo com a resistência dos nativos massacram, capturam, escravizam e assassinam milhares de pessoas para levarem em torno dos 20% dos sobreviventes, entre crianças, adultos e idosos, destes outros morreram no percurso do Saara. “os árabes caçadores de homens transformarão em verdadeiros infernos regiões inteiras onde seus habitantes viviam em perfeita felicidade”(N’DIAYE, 2019, p. 66-67). Com a colonização europeia, o tráfico árabo-muçulmano persistiu, mesmo após o Grande Pacto da Abolição do Tráfico em 1848. A conquista, o tráfico e a escravização de pessoas não impediram a propagação do islã no continente africano. O próprio Darcy Ribeiro constata a chegada dos Malês, escravizados/as negros e negras africanas de fé islâmica no Brasil, evidência de sua conversão, antes de serem traficados para o Brasil.

Na horrenda narrativa dos árabes muçulmanos em sua conquista pelo norte da África e, em seguida, na Europa, sendo substituído pelos visigodos em 711, retornam para África

para islamizar os povos. Porém, a empreitada dos árabes não teria tanto êxito se não tivessem chefes africanos traidores do seu povo. Aproveitando dos conflitos intertribais, as incursões no continente africano com o objetivo de traficar pessoas “[...] vão por seu turno, selar um contrato durável com os mesmos chefes traidores, nomeadamente os dos reinos da costa Daomé(atual Benin), da etnia fon, que abriram caminho ao arrasar as aldeias iorubás ou mahis para vender um número incalculável de crianças, mulheres e homens” (N’DIAYE, 2019, p. 88). O islã encontrou solo fértil para expandir em solo africano, uma vez que compartilhavam valores comuns, tais como: fecundidade, família, supremacia masculina, casamentos precoces e poligamia. A disputa religiosa no continente, entre cristãos e muçulmanos, pedia para o islã, tendo em vista que os próprios africanos difundiam o islamismo, enquanto o cristianismo era associado à colonização europeia. Por sua vez, a prática ritual africana não fazia proselitismo, cada grupo étnico tinha sua fé e seus rituais, sem a necessidade de sua expansão. Atualmente percebemos essa característica nas religiões de origens africanas no Brasil. Os seus adeptos chegam a seus terreiros sem que haja uma orquestração de conversão de adeptos na sociedade. A ganância dos árabes tomara conta dos chefes tribais africanos, que organizavam incursões para prender e escravizar pessoas de tribos rivais e abastecer os negociantes árabes. “Beneficiaram do sangue, do suor e das lágrimas dos seus povos” (N’DIAYE, 2019, p. 103).

O processo de conquista árabo-muçulmano não aconteceu sem resistências. Inicialmente vale destacar a atuação de mulheres no sistema matrilinear que fora destruído pela dominação árabe e, posteriormente, pela europeia cristã, que impuseram progressivamente o patriarcado. No campo de batalha, destacam-se três reinos que enviavam mulheres para a guerra: O Daomé, com companhias femininas de cavalaria e infantaria; o Senegal, enviava sua *linguères* para as diferentes batalhas contra os mouros e, o império Zulu formava regimentos de mulheres combatentes ou encarregadas da logística. As mulheres de Walo mataram mais trezentos mouros, contudo, após uma segunda investida, decidiram morrer como mulheres livres.

O autor descreve que significativa parte da resistência deveu-se a pessoas religiosas e carismáticas contrárias às incursões árabes com vistas à escravização de pessoas, entre elas: Cheikh Ahmadou Bamba, antirracista, que afirmava que maior ignorância era odiar um homem porque este nascera negro, branco ou amarelo; Ahmed Baba, de Tombuctu, fervoroso muçulmano, refutou a maldição de Cam em todo o Imperio Songai e denunciou

vigorosamente o tráfico transaariano e oriental. Camponeses africanos das etnias fulah, peul, mandinga, iorubá, haúça ou uolofe, educados na escola corânica e com conhecimento de estrutura militar, política e cultural. Muitos desses foram deportados para o Brasil, ainda no período da escravização. Estes vão provocar a insurreição em 1835, na Bahia, chamada de revolta dos Malês (REIS, 2003). Outra insurreição é a dos zenjs, estes deportados para o mundo árabo-muçulmano. “Os homens roubados de suas terras nem sempre deixaram de reagir. Ao chegarem aos locais de calvário, muitas vezes se revoltaram” (N’DIAYE, 2019, p. 115).

Pensar a escravização de pessoas negras africanas requer ampliar a nossa perspectiva no tempo e no espaço. A escravização racial não se inicia na idade moderna, ao lado do capitalismo e com os brancos europeus cristãos. Mil anos antes dos europeus os árabo-muçulmanos traficavam nas rotas subsaariana e oriental, calcula-se mais 17 milhões de pessoas, que tiveram apenas 1 milhão de descendentes, em razão da castração maciça praticada durante quase quatorze séculos. Prática que ainda persistia em pleno século XX e ainda não reconhecida pelos países árabes e ocultada na Conferência na Conferência Mundial das Nações Unidas de 2001 contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, ocorrida de 31 de agosto e 8 de setembro em Durban, na África do Sul.

Finalmente, a obra tem a qualidade de trazer um tema incômodo, especialmente neste contexto de negacionismo; ainda, a temática conta com a solidariedade religiosa, quando os africanos muçulmanos ocultam os acontecimentos de seus antepassados em nome da fé islâmica.

Referências

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 107-130, 2005.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 107-130, 2005.

FRAGA, Gerson Wasen. Da aldeia à plantation: a África e a construção da escravidão. In: *Histórias africanas e afro-brasileiras: ensino, questões e perspectivas* / Fábio Feltrin de

Souza, Cláudia Mortari (Organizadores). - - Tubarão, SC : Copiart ; Erechim, RS : UFFS, 2016, p. 153-183.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês (1835)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 665p.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995